

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 165.447 - MG (2019/0120959-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE MONTES CLAROS - SJ/MG
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE VÁRZEA DA PALMA -
MG
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : ANA LUCIA DE ARAUJO SOARES RODRIGUES
INTERES. : DEUSDETH DE OLIVEIRA SILVA
INTERES. : DIONETE VIANA DA SILVA
INTERES. : HELIO RODRIGUES MERES
INTERES. : LUIZ ANTONIO PULCHERIO LOPES CONDE BASTOS REGO
MATOS DE SOUZA
INTERES. : MAISA CHAMONE DE FREITAS
INTERES. : WESCLEY GONCALVES DE ANDRADE

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE MONTES CLAROS (SJ/MG) em face do JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE VÁRZEA DA PALMA (MG).

Depreende-se dos autos que os ora interessados foram denunciados como incurso no art. 96 da Lei n. 8.666/1993, tendo o Juízo suscitante expedido carta precatória ao Juízo Criminal da Comarca de Várzea da Palma (MG) para a oitiva de testemunhas e interrogatório, uma vez que a comarca onde residiam não era sede de Vara Federal.

O Juízo suscitado, no entanto, declarou-se incompetente para o cumprimento da carta precatória quanto ao interrogatório dos acusados ao argumento de que, por "*não vislumbrar a existência de enfermidade ou outra circunstância pessoal apta a impossibilitar o comparecimento dos acusados perante o Juízo competente para julgar sua ação (2ª Vara Federal de Montes Claros)*" (e-STJ fl. 18), haveria violação aos princípios da identidade física do juiz e do juiz natural.

Na sequência, foi instaurado o presente incidente.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo suscitante em parecer assim ementado (e-STJ fl.

35):

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - FRAUDE EM LICITAÇÃO PÚBLICA - COMPETÊNCIA PARA INTERROGATÓRIO DO ACUSADO - EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA - PRINCÍPIOS DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ E DO JUIZ NATURAL - COMPETÊNCIA DO JUIZ SUSCITANTE - PRECEDENTES DO STJ.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Cuida-se de incidente instaurado entre juízes vinculados a tribunais diversos, razão pela qual, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço do conflito.

De acordo como o art. 267 do Código de Processo Civil, aplicado ao processo penal por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal, a recusa ao cumprimento de carta precatória somente pode se dar quando: i) a carta não estiver revestida dos requisitos legais; ii) faltar ao juiz competência em razão da matéria ou da hierarquia, e iii) o juiz tiver dúvida acerca de sua autenticidade.

Não obstante, como visto, o fundamento invocado pelo Juízo suscitado para a recusa ao cumprimento da carta precatória não se enquadra em nenhuma das citadas hipóteses.

Além disso, conforme orientação jurisprudencial desta Corte, "*o princípio da identidade física do juiz, introduzido no Processo Penal pela Lei 11.719/1908 (art. 399, § 2º, do CPP), não é absoluto e não impede a realização do interrogatório do réu por meio de carta precatória [...] Isso porque a adoção de tal princípio 'não pode conduzir ao raciocínio simplista de dispensar totalmente e em todas as situações a colaboração de outro juízo na realização de atos judiciais, inclusive do interrogatório do acusado, sob pena de subverter a finalidade da reforma do processo penal, criando entraves à realização da Jurisdição Penal que somente interessam aos que pretendem se furtar à aplicação da Lei'* (CC n. 99023/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Terceira Seção, julgado em 10/6/2009, DJe 28/8/2009)" (CC n. 142.095/PR, relator Ministro REYNALDO SOARES DA

FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/8/2015, DJe de 8/9/2015).

Nesse cenário, impende reconhecer a competência do Juízo suscitado para que dê cumprimento à carta precatória.

No mesmo sentido, cita-se:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CARTA PRECATÓRIA. INTERROGATÓRIO. VIDEOCONFERÊNCIA DETERMINADA PELO JUÍZO DEPRECADO. IMPOSSIBILIDADE. FACULDADE DO JUÍZO DEPRECANTE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.

1. A oitiva por videoconferência - não obstante seja medida que visa agilizar a prestação jurisdicional, recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal - é faculdade conferida ao Juízo da causa, não podendo o Juízo deprecado determinar modalidade de oitiva diversa daquela que lhe foi deprecada.

2. As hipóteses de recusa no cumprimento da carta precatória estão elencadas no art. 267 do Código de Processo Civil, aplicado supletivamente ao Processo Penal, nenhuma delas correspondendo ao caso dos autos.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará, o Suscitante. (CC 145.457/PA, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/2017, DJe 16/10/2017.)

Ante o exposto, **conheço do conflito e dou por competente o Juízo suscitado.**

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator